

Um estudo sobre as demandas e a qualidade de políticas e ações afirmativas de acordo com a população discente LGBTQIA+ da Universidade Estadual Paulista

Marcus Vinicius Mazini dos Santos ¹ Leonardo Lemos de Souza ²

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo há movimentações sociais pensando as necessidades de populações marginalizadas e como, dentro dos desenrolares sociais e históricos, podem ser pensadas ações concretas que visem garantir o bem estar, viabilidade de existência e igualdade de oportunidades para essas populações.

Não seria diferente com a comunidade LGBTQIA+ lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais/transgêneros, queer, intersexuais e assexuais. Historicamente invisibilizada e inviabilizada de expressão, existem esforços para que essa população também esteja presente em espaços de poder e que possa ocupar esses espaços com dignidade.

No Brasil, o cenário atual da população LGBTQIA+ traz aspectos de violências praticadas contra essa população que se materializam num grande volume de mortes e crimes cometidos, nas exclusões e dificuldade à acessibilidade e manutenção de direitos básicos como saúde, educação e trabalho. Soma-se a este cenário uma série de eventos políticos recentes no Brasil (GALINDO et al, 2017) que resultam em banimento dos gêneros e das sexualidades em políticas de inclusão nestes setores, estando estabelecido, diante os resultados das eleições de 2018, um quadro de conservadorismo preocupante nos poderes executivo e legislativo. Figuras com históricos discursivos LGBTfóbicos foram eleitas e estarão legislando sobre pautas de extrema importância para a população LGBTQIA+, o que pode gerar diversos retrocessos.

Dados do grupo Gay da Bahia indicam que a violência contra a população LGBTQIA+ aumentou entre 2016 e 2017 30% (MOTT et al., 2017). A violência tem sido sistematicamente empreendida sobre esta população dado que uma série de movimentos governamentais, de grupos radicais e conservadores que tem resistência às diferenças tem promovido um ataque aos direitos dessa população.

A Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR) tem produzido relatórios frequentes em que há a constatação de que no Brasil, assim como em outras partes do mundo há dificuldades de acesso da população LGBTQIA+ a direitos sociais, saúde e econômicos. Mais ainda que a falta de uma lei de criminalização da violência aumenta a impossibilidade de garantia de direitos e vulnerabiliza as pessoas pela sua identidade de gênero e orientação sexual.

Apesar de um conjunto de movimentos anteriores ao golpe civil parlamentar de 2016 tenham buscado a tentativa de formação de educadores para o trabalho com as diversidades de gênero e sexuais (Projeto Escola sem Homofobia; formação em Gênero e Diversidade na Escola; Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas), recentemente a força do dispositivo

¹ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP Campus de Assis- SP, marcus.vinicius049@gmail.com

² Professor orientador: Livre Docente, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP Campus de Assis- SP, <u>leonardo.lemos@unesp.br</u>



heterocisnormativo (que se refere a hegemonia da heterossexualidade e da correspondência sexo/genital-gênero/masculino/feminino) na construção de discursividades contrárias aos direitos da população LGBTQIA+, se materializa na produção do termo "ideologia de gênero". A partir desse termo se fundou a ideia de que há uma ditadura das identidades de gênero e das sexualidades na educação.

Diante desse cenário, sob os discursos da denominada "Escola sem Partido", na tentativa de neutralizar a discussão política, pulverizando direitos e necessidades, tornaram-se inespecíficas as violências que deveriam ser combatidas em documentos oficiais na formação escolar. Em 2014, os termos gênero e sexualidade foram excluídos do texto do Plano Nacional de Educação, retirando a obrigatoriedade de se discutir esta temática nos conteúdos escolares. Recentemente, em 2017, o Ministério da Educação também excluiu o trecho do texto da Base Nacional Curricular Comum que trata das habilidades e competências a serem desenvolvidas com estudantes do ensino fundamental e médio, em que se ressaltava o respeito a orientação sexual dos estudantes e também o termo gênero como conteúdo a ser trabalhado.

Isto tudo mesmo diante de pesquisas como a empreendida pela Associação de Bissexuais, Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT, 2016) divulgada em 2016 sobre as experiências de jovens gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros no Brasil. Nesta pesquisa há a constatação de que o ambiente escolar não é um local seguro para quem difere do projeto de heterocisnormatividade. Destacam-se as situações de humilhação e exclusão (com consequente abandono/expulsão compulsória da escola) e sensação de insegurança diante da não existência de referências profissionais para apoio e acolhimento diante destas situações.

Na educação superior pouco se vê também políticas afirmativas institucionais que garantam o acesso e permanência da população LGBTQIA+ nas universidades (SANTOS, 2017). Ainda são poucos os estudantes LGBTQIA+, entretanto há movimentos sociais na forma de coletivos e grupos organizados em seus interiores que tem empreendido atividades para a visibilização dessa população (SOUZA, 2015).

Em 2016 o Ministério da Educação, em conjunto com o Ministério de Justiça e Cidadania, lançou o Pacto Universitário pelos Direitos Humanos e Diversidade (http://edh.mec.gov.br/pacto/). Nele se sugere a adesão das universidades brasileiras pela proposta de uma formação que abarque os direitos humanos e a diversidade. O modo como ela se dá e seus fundamentos são pouco específicos, mas sugere-se que sejam conteúdos e projetos desenvolvidos no seu interior. Em 2017 as Universidades paulistas aderiram também ao pacto.

Dentro dessa perspectiva, a Unesp se mostra como uma instituição que precisa agir ativamente para que essas pautas sejam colocadas em discussão e que a população LGBTQIA+ presente em todo o seu território possa ter sua existência garantida e com possibilidades de estudar, trabalhar e ensinar com qualidade

Fazendo parte de um projeto colaborativo entre pesquisadores brasileiros, chilenos e espanhóis que tem como propósito o mapeamento das demandas e qualidade das ações e políticas afirmativas para LGBTQIA+ nas universidades da Espanha, Chile e Brasil, este projeto em específico tem como objetivo identificar e analisar o impacto de políticas e ações afirmativas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" para o acesso e permanência à educação e o combate à violência contra a diversidade sexual e de gênero a partir da percepção da população LGBTQIA+.

As pesquisas sobre o impacto de políticas e ações afirmativas voltadas para a população LGBTQIA+ nas universidades brasileiras são poucas e recentes, muitas delas tratando-se de relatos de casos de algumas instituições (SOUZA, 2015; SANTOS, 2017; FERREIRA e VANIN, 2016; SILVA, 2017). Essa realidade demonstra a necessidade de desenvolvimento de pesquisas como a aqui presente.





A pesquisa tem caminhado com a disseminação de alguns questionários e tem se observado como existe uma grande quantidade de alunos LGBTQIA+ que nota a falta de políticas públicas na Unesp direcionadas para essa população, sendo por não conhecer nenhuma, ou por não estar certo se a Unesp pode ser a responsável por alguma ação que aparenta poder ser pensada como afirmativa. Tem se discutido a segurança de alunos LGBTQIA+ no espaço unespiano, a inclusão de manteriais inclusivos na sala de aula e, além só da perspectiva de discentes, estão sendo pensadas formas de trazer também perspectivas de funcionários e docentes LGBTQIA+. trazendo questões dessa população a tona.

A partir do início da coleta de perspectivas de integrantes da Unesp sobre o papel ativo ou não da universidade sobre ações afirmativas para a população LGBTQIA+, tem se observado a necessidade de maior debate das condições dessa população na Unesp, sua inserção na universidade, sua permanência, desafios, contribuições e como isso pode resultar em ações afirmativas a serem pensadas e como seriam colocadas em prática.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa qualitativa e da Análise de Conteúdo são referências na abordagem e produção dos dados. Dentre alguns aspectos da pesquisa qualitativa elencados por Flick (2009) são: a) perspectivas dos participantes e sua diversidade; b) reflexividade do pesquisador e da pesquisa; c) variedade de abordagens e de métodos de pesquisa qualitativa. Destacamos que a presente investigação se pautará em aproximações do conjunto de aspectos que Flick considera essencial da pesquisa qualitativa. Levar em consideração a perspectiva dos participantes e sua diversidade, bem como a reflexividade do pesquisador significa poder estar aberto a caminhos de compreensão do fenômeno que se quer pesquisar. Do mesmo modo significa implicar a pesquisa ética e politicamente na produção de dados, seus efeitos num contexto mais amplo. A variabilidade de abordagens e métodos também nos permite se aproximar mais dos fenômenos complexos que são geralmente objeto da pesquisa qualitativa.

No caso desta pesquisa, a instituição em que estão sendo realizadas as atividades de investigação (locais de coletade informações) é a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Tal universidade conta com mais de 50 mil alunos de graduação e pós graduação distribuídos em 24 campi no Estado de São Paulo.

No que diz respeito a garantir a fidedignidade dos dados e cumprir com o objetivo de buscar relatos de pessoas (discentes) LGBTQIA+, coloca-se que estamos buscando apenas pessoas que tem visibilidade identitária LGBTQIA+ que por sua vez tiveram experiências com ações e políticas afirmativas direcionadas a essa população na Unesp. O acesso a esse grupo está sendo feito por contatos com grupos organizados, coletivos universitários, secretarias especiais das universidades e todos os outros meios de comunicação (página de facebook, grupos de whatsapp e outros) que possam viabilizar o contato com as expressões de gêneros e sexuais foco da pesquisa.

Em relação a identificação, descrição e comparação entre demandas e ações de acesso e permanência, bem como de combate à violência e discriminação, partiremos da percepção das ações de acordo com a comunidade discente LGBTQIA+ e sobre as experiências com as políticas implantadas, sendo realizados: a) Levantamento e análise de documentos que descrevem o histórico, a proposta e o funcionamento das ações (equipe, local, proposições, metodologias, demandas); b)Aplicação de questionários (survey on line) com a população LGBTI+; c) Entrevistas semi-dirigidas com usuários a partir da seleção dos questionários aplicados à população LGBTI+.

Desse modo, a análise de conteúdo será utilizada no conjunto de materiais coletados e produzidos ao longo do processo de investigação: relatos de entrevistas, registro de observações e documentos. Em todas elas o registro escrito ou fonte documental será



analisado com a finalidade de representar um conteúdo de forma diferente do original, e com isto realizar uma interpretação tendo como base as perguntas elencadas e objetivos da pesquisa (BARDIN, 1977, p. 45-46). Com ela podemos produzir informações sobre a realidade e fenômenos estudados sobre a cidadania e direitos LGBTI+ nas políticas afirmativas em Universidades públicas paulistas.

Assim, consideraremos a análise dos dados produzidos sobre as universidades a partir dos itens: a) consideração ou não das demandas da população LGBTQIA+; b) articulação com políticas mais amplas na sociedade para a população LGBTQIA+; c) atualidade e alcance das discussões sobre acessibilidade e permanência da população LGBTQIA+; d) intencionalidade e valores fundamentos das ações.

DESENVOLVIMENTO

Monique Wittig (1992), escritora e teórica feminista, coloca em seu texto "The Straight Mind and other Essays" a forma como teorias e conclusões culturalmente estabelecidas são estruturadas com um discurso heterocisnormativo, manipulando o diálogo sobre fenômenos ao impor um vocabulário próprio e promovendo exclusão às manifestações que fogem do mesmo. Por si só esses discursos estabelecem o que é regra e o que é diferente, diferenças essas que podem até ser perseguidas em nome da dominação do que seria a norma.

Butler (2003) problematiza em seu trabalho as possibilidades de construção do sistema sexo-gênero-desejo a partir do conceito de performatividade no qual as possibilidades de expressões de gênero e sexuais estão implicadas nos processos linguísticos, simbólicos e culturais. Assim, uma pessoa ao nascer tem atribuído um sexo biológico a partir do qual se desdobram atributos aos papéis de gênero correspondentes: ter comportamentos masculinos ou femininos, ter desejo sexual pelo sexo oposto etc.. A heterossexualidade compulsória e a cisnormatividade (correspondência entre corpo-sexo e papéis de gênero) dominam o cenário do sistema sexo-gênero-desejo, invisibilizando outras possibilidades de configuração deste sistema, que incluem os(as) trangêneros e transexuais, intersexuais, gays, lésbicas e bissexuais. Todas as pessoas manifestantes dessas tais possibilidades que fogem do código heterocisnormativo estão sujeitas à discriminação pessoal e institucional de sistemas que não estão preparados para lidar com essapopulação, sendo essencial a presença de ações afirmativas para o bem-estar dessas pessoas em espaços como a universidade.

Como guias para o projeto também estão sendo usados Cuerpos aliados y lucha política de Judith Butler (2017), Devassos no Paraíso de João Silvério Trevisan (2018), bem como guias conceituais de Michel Foucault (2010) e Gilles Deleuze (2015).

Esse material tem sido usado como referencial para o questionário elaborado que no momento está em fase piloto. O mesmo foi distribuído para 20 pessoas como uma amostra inicial e já permite iniciar algumas reflexões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em estado de desenvolvimento, com os questionários formulados sendo disseminados nesse momento. Até agora observa-se alguns resultados para as questões usadas, como: "Você acredita que são necessárias mais políticas afirmativas para estudantes LGBTQIA+ na Unesp?", onde massiva maioria assinalou que "Sim". Já na questão "Você considera a Unesp como ativa no combate à violência contra a diversidade sexual e de gênero?", a maioria respondeu que "Não". Essas respostas demonstram como a comunidade unespiana tem notado a necessidade de elaboração e aplicação de ações afirmativas para a comunidade LGBTQIA+ bem como a Unesp não tem sido efetiva em ações para combater a violência contra a diversidade sexual e de gênero.





Outras questões usadas no formulário são:

- Se for discente: você concorda em afirmar que os conteúdos abordados em sala de aula são inclusivos com a população LGBTQIA+?
- Você sente que o espaço físico da universidade (como banheiros) é inclusivo com a população LGBTQIA+?
- Você sente que os espaços culturais e de sociabilidade são seguros para a população LGBTQIA+ para, por exemplo, a expressão de afetos?

As respostas para essas questões podem ser bem intrigantes, sendo que a dizendo respeito a expressão de afetos demonstrou que praticamente todos se sentem seguros nos espaços culturais e de sociabilidade. Mas quando questionados sobre espaços como os banheiros, os discentes se mostram divididos, mostrando que muitos não sentem que esse espaço é inclusivo. Por que tal discrepância? Durante o desenrolar da pesquisa espera-se encontrar mais respostas para tais questões.

As respostas referenciadas acima são de uma versão piloto da pesquisa, sendo que o questionário ainda será enviado para todos os campi da Unesp e haverá um contigente pesquisado muito maior. Depois haverá contatos mais intímos com algumas das pessoas que responderam, então talvez haja até mudanças perceptivas nas estatísticas já encontradas. Tendo em mente que o acesso e permanência na educação básica e superior é um dos grandes desafios no cenário atual e que o dispositivo heterocisnormativo (GALINDO et al 2017), que domina as práticas institucionais e que têm produzido efeitos de exclusão cada vez mais enfáticos no campo da educação, a partir de todos esses dados espera-se ser possível abrir um diálogo macro sobre as ações afirmativas para a população LGBTQIA+ mostrando as necessidades que essas pessoas reivindicam e buscando ações efetivas para com os poderes burocráticos da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento a pesquisa bibliográfica e a aplicação dos questionários têm demonstrado que a discussão gerada pelo presente trabalho é imprescindível e que existe uma demanda da comunidade discente unespiana para que mudanças ocorram no que concerne as ações afirmativas para a população LGBTQIA+.

Apesar de estarmos na fase piloto da distribuição do questionário já é possível ver como há indicativos de que não há ações efetivas institucionais da Unesp que promovam o combate bem sucedido contra a violência sexual e de gênero, campanhas de conscientização contra a discriminação e em favor da diversidade e a necessidade de se pensar melhor a segurança dos discentes nos campi.

Com o desenvolvimento do trabalho também haverão estatísticas que poderão servir de embasamento para reivindicações dos movimentos sociais quanto a uma posição que já deveria ter sido tomada pela Unesp, bem como a abertura de uma discussão maior, que envolve a carência de dados e embasamento para que essas demandas sejam colocadas em pauta.

Outros pesquisadores também poderão estar utilizando os dados para abrir discussões envolvendo espectros maiores da discussão bem como referenciando em suas pesquisas.

Futuramente pretende-se também expandir a discussão para funcionários e docentes LGBTQIA+.

Palavras-chave: Políticas e ações afirmativas; Gêneros e sexualidades; Diversidade; Educação.







Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUTLER, J. Cuerpos aliados y lucha política. Barcelona: Paidós, 2017

BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4.

Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FERREIRA, S. A. S.; VANIN, I. M. A invisibilização das pautas feministas e LGBTno processo de implantação das ações afirmativas na UFBA.Revista Feminismos, Salvador, vol.4, n.3, Set. –Dez. p. 154-169, 2016.

FLICK, U. Introdução à Pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Art Med, 2009.

GALINDO, D. et al. LGBTs e gênero banidos? Notas genealógicas sobre projetos de lei no Brasil. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 22, n. 2, p. 253-264, abr./jun. 2017

MOTT, L. et al.Pessoas LGBT mortas no Brasil–Relatório 2017 – Grupo Gay da Bahia. Disponível em: https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf.

SANTOS, J. A condição de ser LGBTe a permanência na universidade: um estudo de caso no curso de pedagogia -educação do campo. Anais do Colóquio Internacional de Pesquisas na Educação Superior-COIPESU, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017, p. 1-21.Disponível em: http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2017/18/a-condicao-de-ser-lgbt-e-a-permanencia-na-universidade-um-estudo-de-caso-no-curso-de-pedagogia-educacao-do-campo.pdf

SOUZA, M. H. A militância LGBT na universidade:um estudo de caso do Coletivo KIU. Dissertação.Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2015, p. 91.

SILVA, E. L. S.Trajetória, permanência e afiliação de estudantes lgbts na ufrb: a transformação do estigma em orgulho. Dissertação. Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, 139 p.

TREVISAN, J. S. Devassos Devassos no Paraíso- A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: 4ª edição, 2018.

WITTIG, Monique. The Straight Mind and other Essays. Boston: Beacon, 1992

